

## VALE-TUDO POR UM TRILHÃO

**A**tingir R\$ 1 trilhão em ativos é a meta da direção do Banco do Brasil para o balanço de 2011. Para isso, o banco não mediu esforços nesse final de ano. Ordenou cancelamento de férias, abonos, licença-prêmio e processos seletivos internos em andamento dos funcionários. Tudo isso acompanhado de pressões nos locais de trabalho para prestação de serviços em finais de semana e ameaças de retirada de comissões, caso as metas não fossem atingidas.

Para dar conta da empreitada, o BB instalou em todo o país as mesas de crédito clandestinas. São locais improvisados, para onde os funcionários das agências são transferidos para oferecer crédito por telefone aos clientes.

A estrutura é totalmente irregular, pois não obedece à NR 17 (Norma Regulamentadora), a qual estabelece as regras para a prestação de serviço do pessoal de telemarketing; não há gravação das ligações; e os contratos de em-

préstimos são verbais, sem qualquer segurança.

Em outras palavras, a ordem do banco é liberar crédito para o consumo, com juros altíssimos, sem se importar com as condições, descortinando assim uma gestão totalmente em descompasso com o papel de um banco público.

As regras deste vale-tudo partem dos superintendentes regionais e estão repletas de ilegalidades. Dentre elas, as pressões e o assédio moral, tendo como instrumentos o estabelecimento de metas individualizadas e a divulgação de ranking em total desrespeito ao acordo aditivo à Convenção Coletiva de Trabalho recém-assinado, no qual está estabelecida a proibição deste tipo de expediente.

Também há desrespeito ao Código de Defesa do Consumidor, ao prever a inclusão de venda de seguro prestamista em todas as operações ofertadas pela instituição.

### VIOLÊNCIA ORGANIZACIONAL EM FLAGRANTE

Além disso, há superintendentes regionais que estabelecem a transferência de um percentual mínimo da dotação das agências para atuar exclusivamente ao crédito, a exemplo da superintendente regional de varejo do BB, Márcia Regina de Sousa, que estabeleceu esse percentual em 30%, num flagrante desrespeito aos funcionários, com desvios de funções, e aos clientes e usuários, uma vez que as consequências são problemas no atendimento e aumento das filas. Confira ao lado cópia do documento encaminhado pela superintendente a todas as gerências sob o seu comando.

Também há aqueles que se valem de subterfúgios para transferir os funcionários para essas mesas de crédito clandestinas. A tática é

SRS. ADMINISTRADORES E GEMODS,  
CONFORME ÁUDIO-CONFERÊNCIA, REALIZADA NESTA MANHÃ, SEGUIM AS AÇÕES DEFINIDAS PARA INCREMENTO DO DESEMBOLDO DE CRÉDITO PF. DEFINIDAS POR ESTA SUPERINTENDÊNCIA EM CONJUNTO COM TODOS OS LÍDERES DE REDES E SEUS LATERAIS, AS QUAIS DEVEM SER IMPLEMENTADAS DE FORMA IMEDIATA E OBRIGATORIA.

#### Ações

**30% da dotação existente, devem estar voltada EXCLUSIVAMENTE ao crédito.**

**Nominar os funcionários e atribuindo metas individuais de acordo com a necessidade da agência.**

**Indicar os melhores funcionários**

**Indicar o coordenador o qual será responsável pela meta total**

**O próprio administrador envia ao final do dia a produção individualizada. Enviar email para o Renato Moedas com cópia para a Márcia**

**Informar as ferramentas utilizadas na PLATAFORMA e que tiveram maior efetividade ou outras usadas pela agência. INCLUIR SEGURO PRESTAMISTA EM TODAS AS OPERAÇÕES EM QUE FOR POSSÍVEL.**

**INFORMAR, ATÉ ÀS 12:00 HORAS, DE HOJE, A NOME E A FUNÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DESTACADOS PARA ESSA MISSÃO, BEM COMO, O NOME DO COORDENADOR DE CADA UNIDADE.**

**O PRÓPRIO ADMINISTRADOR, DEVERÁ ENVIAR, NO FINAL DO DIA, A PRODUÇÃO INDIVIDUALIZADA DE CRÉDITO E SEGURO PRESTAMISTA.**

**OS E-MAILS DE VEM SER ENVIADOS PARA O RENATO FIGUEIRDO MOEDAS, COM CÓPIA PARA MIM.**

**CONTO COM O COMPROMISSO IRRESTRITO DE TODOS VOCÊS. ABRAÇO.**

MÁRCIA REGINA DE SOUSA  
SUPERINTENDENTE REGIONAL



convocar para cursos, denominados Fazendo e Aprendendo para Vender – e assim constituir seus contingentes.

Para o movimento sindical cutista, é inadmissível que um banco público deixe de lado o seu papel, de investir no setor produtivo, na geração de emprego e no desenvolvimento social do país, para privilegiar apenas o lucro a qualquer custo, valendo-se de práticas ilegais, da exploração dos funcionários e das metas abusivas, como se fosse um banco privado.

O BB tem um papel social a cumprir, não pode ser ferramenta para encher o bolso de acionistas e salvar o governo das medidas precipitadas adotadas anteriormente. Suas ações devem ser responsáveis e sustentáveis com foco no crescimento do país.

Fronte à crise de 2008, basicamente uma crise de crédito, o governo federal soube utilizar os bancos públicos (BB, CEF, BNDES, BASA, Banco do Nordeste) a serviço do país, baixando juros e colocando dinheiro em circulação. Para isso, até o então presidente do BB foi trocado, uma vez que se comportava como banqueiro de banco privado visando apenas o lucro à custa da Nação.

Nesse repique da crise que se instaura atualmente por toda a Europa, voltamos ao mesmo problema e nos deparamos com um Sistema Financeiro Nacional oligopolizado, polarizado entre dois grandes bancos privados nacionais e dois bancos privados estrangeiros, motivo pelo qual acabam decidindo o valor das tarifas e o custo do dinheiro para a população.

Nesse contexto, o papel dos bancos públicos deve ser renovado tendo sempre em mente o fato de que essas instituições não devem pensar na lógica do lucro fácil e rápido em detrimento da sociedade brasileira.

Na atual conjuntura, o Brasil caminha a passos largos para ser, até 2015, a 5ª economia mundial. Por isso, o país precisa de um Sistema Financeiro Nacional sólido e regulamentado para o desenvolvimento nacional, com capacidade para distribuir crédito sem burocracia a juros baixos, para o fortalecimento da indústria, comércio, pequenos e médios produtores e a microempresa, com ajuda no capital de giro e contratação de mão de obra, sem menosprezar a qualidade no atendimento aos cidadãos.

A administração do BB precisa acompanhar esses novos tempos e deixar de lado as mentalidades neoliberais e jurássicas atrasadas oriundas da década de 90. Dentre elas, o BB 2.0 que expulsa os correntistas que estão sendo inseridos na nova economia; as mesas de crédito disfarçadas de cursos que esvaziam as agências provocando longas filas e reclamações; as terceirizações de serviços bancários; os constrangimentos sofridos pelo público ao ser impedido de adentrar nas agências; as PSOs que reduzem drasticamente os caixas nas agências bancárias, deixando claro que o cliente não é bem-vindo e criando a possibilidade de terceirização dessas tarefas, cuja consequência é a queda da qualidade dos serviços prestados.

Se do ponto de vista imediatista podemos inflar balanços, 2012 está aí com a crescente insatisfação dos correntistas, aumentando assim os riscos de perda de clientes para outros bancos privados.

Todas as medidas acima elencadas traduzem a insensibilidade da direção do BB no trato com os clientes, desdobramento direto da relação autoritária com os trabalhadores – assédio moral, TAO, indicações espúrias, práticas anti-sindicais – representando um grande impeditivo para que internamente os trabalhadores colaborem com críticas e sugestões na melhoria profissional e qualidade dos serviços prestados.

Assim, um Banco do Brasil novo, ético, profissional, transparente e PÚBLICO/REPUBLICANO é necessário. Por isso, neste início de 2012, é este o nosso chamado.

# Banco do Brasil descumpre acordo aditivo

O acordo aditivo do BB à Convenção Coletiva de Trabalho 2011/2012 estabelece a retomada das mesas temáticas, em até 30 dias após a sua assinatura. Com a conclusão da Campanha Nacional 2011, o instrumento foi assinado em 29 de outubro. E, até agora, passados mais de dois meses, o banco não se predispôs a cumprir o que nele está estabelecido.

Apenas uma única reunião realizada em 23 de novembro, quando então a Comissão de Empresa dos Funcionários (CEE) apresentou proposta de calendário para as mesas temáticas, juntamente com as reivindicações para respeito à jornada de seis horas de trabalho, pagamento das 7ª e 8ª horas, e os pleitos sobre PCR (Plano de Carreira e Remuneração), dentre os quais a extensão da promoção por mérito aos caixas e funcionários integrantes da carreira B-O (congelados) e pontuação para promoção por mérito

retroativa aos funcionários incorporados, aumento do percentual do interstício na promoção por antiguidade, que hoje é de 3% a cada três anos, bem como pagamento das substituições.

O banco ficou de analisar os pleitos e a dar retorno posteriormente, o que ainda não o fez.

O movimento sindical cutista lembra que o fechamento da Campanha Nacional 2011 teve por base o comprometimento por parte do BB de negociar, em mesas temáticas, todos os problemas que afligem os bancários incorporados, dentre os quais as questões de saúde e previdência; além de jornada de trabalho e PCR para o conjunto dos funcionários.

Para os representantes sindicais, tamanha enrolação denota que o BB não tem qualquer intenção de solucionar questões prementes para o funcionalismo e que seu único objetivo é continuar se distanciando do seu papel de banco público.

## Como fica o BB em tempos de livre opção bancária?

A partir deste mês de janeiro, os funcionários públicos estaduais passam a ter a opção de escolher qualquer instituição bancária para recebimento de seus proventos mensais.

Nos últimos cinco anos, os pagamentos estavam vinculados a contas bancárias da extinta Nossa Caixa e, posteriormente, do Banco do Brasil, face às regras estabelecidas pelo governo do Estado de SP no contrato de venda do extinto Banespa.

Mesmo sabendo dessa nova realidade, a direção do BB não fez qualquer tipo de movimento para manter na instituição as contas correntes do funcionalismo público estadual.

Pelo contrário, o que se viu foi o trato com tamanho desdém a essa parcela da clientela, ao mesmo tempo em que o banco passou a adotar práticas prejudiciais ao atendimento bancário.

Um dos exemplos é a transferência de funcionários das agências para as centrais de crédito, cujo efeito é o aumento das filas e das



dificuldades dos clientes para terem as suas necessidades atendidas.

Tal precarização pode resultar em uma grande evasão bancária e, conseqüentemente, perda de carteira o que pode levar a fechamento de agências, sendo as mais prejudicadas as da extinta Nossa Caixa, as quais foram incorporadas pelo BB.

São problemas iminentes, cuja origem está na gestão do banco. Para evitá-los, bastariam estratégias para fidelizar os funcionários públicos. Isso demonstraria respeito por essa clientela, ao mesmo tempo em que contribuiria para fortalecimento da instituição.



## PSO deixa caixas à revelia e empurra clientes para correspondentes bancários

**A** sanha pelo aumento dos lucros está fazendo com que o Banco do Brasil coloque em prática modelos seguidos de reestruturação, com prejuízo às condições de trabalho dos funcionários e ao atendimento a clientes e usuários.

Não bastasse o BB 2.0 (veja matéria abaixo), o banco criou as Plataformas de Suporte Operacional (PSO), as quais centralizam os caixas executivos em uma dotação única, acabando assim com o vínculo desses funcionários com uma agência específica.

Neste modelo, os caixas passam a ser itinerantes, podendo atender em qualquer unidade bancária. Só que essa flutuação possibilita ao

banco reduzir o número de postos de trabalho ao mesmo tempo em que o funcionário se vê totalmente abandonado.

Uma vez subordinado à PSO, o caixa ao enfrentar qualquer problema em uma agência não conta com a solidariedade das gerências, que passam a ser responsáveis apenas pelos negócios.

O projeto começou a ser implantado há dois anos, em Brasília e Rio de Janeiro. Na capital paulista, há duas unidades consolidadas e mais duas no interior do Estado. A intenção do banco é estender o modelo para todo o país, nas localidades onde há cinco ou mais agências da instituição.

Para o movimento sindical, o modelo segue

na contramão do crescimento do país, uma vez que, com a estabilidade da economia brasileira, aumenta a concorrência entre os bancos, cujo diferencial é, justamente, o atendimento.

Com as PSOs, o BB reduz o número de caixas, o que prejudica o atendimento e empurra os clientes para os correspondentes bancários e bancos postais, com sérios riscos ao sigilo bancário. É um movimento que visa apenas a redução de custos, abrindo brechas para que o BB se torne um banco de segunda categoria.

Não é à toa que a instituição figura entre os mais reclamados. No último mês de novembro, o BB ficou na terceira colocação no ranking de reclamações do Banco Central.

## BB 2.0 gera insegurança entre funcionários

**A** reivindicação pelo fim do modelo de segmentação BB 2.0 volta à pauta de lutas do funcionalismo neste ano de 2012, face aos inúmeros transtornos acarretados a clientes e funcionários.

Implantada pelo Banco do Brasil no início de 2011, a reestruturação prevê o recálculo dos postos de trabalho das agências, tendo como parâmetro a produção de cada unidade. Com isso, parte das agências perde postos de comissionados, caixas e escriturários, enquanto outras algumas vezes podem ganhar.

Os gerentes gerais indicam os comissionados, escriturários e caixas que são considerados excelentes. Esses trabalhadores comissionados são obrigados a concorrer para o mesmo cargo ou um cargo inferior em outras agências e caso não obtenham recolocação são incluídos no "esmolão", apelido dado ao pagamento do Valor em Caráter Pessoal a descomissionados, o qual garante por quatro meses o valor do salário com a comissão.

Enquanto os funcionários sofrem com os riscos da perda de funções, os clientes de menor renda enfrentam dificuldades no acesso ao aten-

dimento nas agências e são empurrados para os correspondentes bancários, em estabelecimentos sem qualquer segurança e incorrendo em riscos de quebra de sigilo bancário. Já os clientes de maior renda viram alvo constante para a venda de produtos que nem sempre desejam.

Para o movimento sindical cutista, esse modelo faz do BB um simples banco de mercado, pois, ao mesmo tempo em que segmenta o atendimento aos clientes, precariza os empregos e os salários dos trabalhadores, gerando um clima de total insegurança.

# PLANO ODONTOLÓGICO CONTINUA EMPERRADO NO BANCO DO BRASIL

O funcionalismo do BB enfrenta uma série de problemas para a utilização do plano de saúde odontológico – BB Dental. Apesar de já ter transcorrido mais de um ano, apenas o plano básico está disponível, com uma série de precariedades.

Até mesmos os procedimentos mais simples, como o de uma restauração, o plano básico cobre apenas um valor irrisório. Como os profissionais se recusam a utilizar materiais de segunda linha, de forma a garantir serviço de qualidade, a diferença sai do bolso do trabalhador.

## MOBILIZAR PARA MUDAR

O plano odontológico é reivindicação antiga dos funcionários, mas foi apenas na campanha salarial de 2008 que o BB aceitou a implantação para meados de 2009. Quando o prazo se esgotou, o banco assinou um termo de compromisso garantindo a implantação até janeiro de 2010. Só que isso não ocorreu, sob alegação de haver dificuldades para encontrar uma empresa no mercado para a prestação dos serviços.

Com o anúncio da parceria entre a OdontoPrev e a BB Seguros, em agosto de 2010,



foi disponibilizado então o plano básico, mas com a expectativa de breve evolução na disponibilização dos serviços, o que até o momento não ocorreu.

Como se não bastassem todas as limitações, os funcionários ainda enfrentam problemas decorrentes da falta da emissão das carteirinhas.

O movimento sindical cobra pela solução dos problemas, ao mesmo tempo em que ressalta a necessidade de os funcionários se mobilizarem para reverter a enrolação.

## Descaso com a segurança

Com o foco nos lucros, o BB deixou totalmente de lado a segurança preventiva. As portas de segurança hoje são mero objeto decorativo. Com o programa BB 2.0, as agências ganharam uma nova ambiência, abolindo de vez o dispositivo.

Somado a isso, o sistema de câmeras, onde existe, é antiquado e o número de vigilantes, muitas vezes, insuficiente.

Em alguns casos, as empresas contratadas descumprem os contratos e até deixam de quitar os salários dos vigilantes, enquanto o Banco do Brasil age como se não tivesse qualquer compromisso com esses trabalhadores terceirizados.

Mais do que descaso, a prática remete ao descumprimento da lei federal nº 7.102/83, a qual estabelece regras para a segurança privada.

Frente às irregularidades, na 92ª reunião da Comissão Consultiva para Assuntos de Segurança Privada (CCASP) do Ministério da Justiça, no dia 15/12, em Brasília, o BB foi multado pela Polícia Federal em nada mais nada menos do que R\$ 125.434,00.

## BB aposta nas terceirizações

Apesar de todo o debate nacional contra as terceirizações, o BB continua investindo neste expediente. Em diversas agências, é possível observar trabalhadores terceirizados oferecendo crédito consignado no autoatendimento. Muitos deles recebem comissões ao mesmo tempo em que o banco subtrai essa parcela dos vencimentos de seus próprios funcionários concursados.

As terceirizações tiram o emprego bancário e ainda incorrem em risco de quebra de sigilo bancário frente à exposição dos dados cadastrais de seus clientes.

## BB reduz verba QVT

No último mês de dezembro, o Banco do Brasil reduziu de forma unilateral a verba QVT (Qualidade de Vida no Trabalho).

Na rede de agências, o valor foi reduzido de R\$ 16,00 para R\$ 15,00 por funcionário. Na rede de apoio (departamentos) e para estagiários e aprendizes passou de R\$ 10,00 para R\$ 7,00 por funcionário.

A redução faz parte do pacote de redução de custo do banco, cujo objetivo é turbinar o balanço da instituição.

## EXPEDIENTE